

**HABEAS CORPUS Nº 492.622 - SP (2019/0037970-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA TATARI FRAZÃO DE VASCONCELOS -  
SP232510  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : AMANI SAIDI OMARY (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de AMANI SAIDI OMARY contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0092169-31.205.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso III, do Código Penal, à pena de 7 anos, 6 meses de reclusão, em regime fechado, bem como ao pagamento de 500 dias-multa (e-STJ fls. 45/50).

Interposta apelação, o Tribunal local deu parcial provimento ao recurso, para reconhecer a atenuante da confissão e redimensionar a pena para 6 anos, 3 meses de reclusão, em regime fechado, e 500 dias-multa (e-STJ fls. 66/72).

Foram, ainda, opostos embargos de declaração, que acabaram rejeitados (e-STJ fls. 78/81).

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/11), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da exasperação da pena-base. Sustenta que a quantidade de drogas apreendidas não pode ser utilizada como justificativa para aumentar a pena, porquanto *a quantidade e nocividade da droga localizada já foram consideradas para a caracterização do próprio delito de tráfico. Assim, decerto a utilização de tal fato para elevar a pena-base implica inadmissível bis in idem* (e-STJ fl. 7). Argumenta, ainda, que o aumento em 1/2 se mostra excessivo, pois, no caso, o acusado é apenas uma "mula", ou seja, *a pessoa paga para transportar a droga, sendo muitos*

*imigrantes utilizados para esse trabalho ilícito (e-STJ fl. 10).*

Dessa forma, requer, na liminar e no mérito, o redimensionamento da pena-base para o mínimo legal.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator